

A Reforma da ONU

Izadora Xavier
15/04/2005

Apesar de ter entrado em pauta depois de tomar forma com o recente relatório de Secretário-Geral, a reforma das Nações Unidas é um assunto em constante discussão entre os países que são seus membros. Contudo, diversa da visão geralmente divulgada da necessidade de reformas institucionais da ONU, não se deve considerar essa demanda constante por reforma, nem as pretensões expostas pelo relatório, como uma punição aos órgãos das Nações Unidas por “falhas” no patrocínio da multilateralidade. A necessidade sempre presente de renovação da ONU tem sua origem nas bases de constituição do órgão. O dinamismo e a fundamentação desta como um fórum em que todos os países têm voz permitem que estes estejam sempre divulgando seus descontentamentos com as configurações de poder, tornando os desejos de reforma constantes.

No entanto, esta pluralidade de vozes, em que há sempre aquelas em desacordo com a estrutura, dificulta a aplicação de qualquer reforma, pelo desacordo em qual deveria ser o escopo desta. A própria visão exposta no relatório de Kofi Annan é apenas uma das interpretações sobre o que deveria ser a reforma da Organização das Nações Unidas. Assim, para procurar entender as possibilidades de uma nova conformação, é necessário perceber o entendimento que os membros têm sobre o papel da reforma, e as forças capazes de pesar na concretização dessas visões.

O desejo de expandir a participação de países nos fóruns mais importantes, promovendo maior democratização, assim como a preocupação explicitada pelo Secretário Geral no relatório “In Larger Freedom”, coloca em relevo uma corrente de preocupações: a nova composição das Nações Unidas deveria flexibilizar as estruturas para tornar mais efetiva e eficiente a representação intergovernamental. Mais comumente defendida entre os países em desenvolvimento, defendem uma reforma prevendo a acomodação da Organização às novas realidades contemporâneas a fim de incluir principalmente a preocupação com a manutenção do multilateralismo; acredita-se esse o caminho para manter a mesma finalidade essencial da ONU desde a sua criação: a segurança internacional. Esta corrente, contudo, admite a segurança como função do desenvolvimento. A democratização da ONU deve estar a serviço de produzir um maior diálogo entre as partes a fim de garantir o desenvolvimento, como medida mais adequada para alcançar uma segurança internacional efetiva.

Neste caso, a reforma do Conselho Econômico e Social tem grande importância, pois a modificação destas estruturas são as mais propícias no intuito de permitir à ONU tornar-se meio para a promoção do desenvolvimento a partir do diálogo entre as partes. O pleito do Brasil a um assento no Conselho de Segurança pode ser visto como uma tentativa do país de se pôr como porta-voz dos que defendem essa ótica. A posição que o presidente Lula assumiu frente à Assembléia Geral, defendendo o combate à fome e à pobreza, abre espaço para tal interpretação. Contudo, a divergência entre os próprios países em desenvolvimento, diante da possibilidade de que interesses nacionais venham antes do bloco como um todo, dificulta a possibilidade de tal corrente angariar mais poder sobre as conformações que pode vir a ter a reforma das Nações Unidas.

Sob outro ponto de vista, vários países que já têm um grande peso nas decisões desta organização internacional vêem esta possibilidade de reforma como oportunidade de aliviarem

seus encargos para com a organização. Principalmente à luz de acontecimentos recentes, esta corrente se propõe principalmente a reiterar a crença na ONU como responsável exclusivamente por questões de segurança e *peacekeeping*. Esta visão restringe a ONU como útil principalmente para agir onde falham os governos nacionais.

De acordo com o consenso a que chegarem os países em setembro próximo, determinar-se-á até que ponto pode ir a democratização e o multilateralismo dentro das Nações Unidas. A distância entre as propostas do Secretário-Geral e a reforma que será permitida pelo concerto das barganhas entre Estados é a distância entre a utopia e a realismo. Principalmente, a reforma, apesar de estar longe de ser definitiva, poderá indicar o rumo das Nações Unidas no século vinte e um.